



24° ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Perspectivas Contemporâneas na Ciência da Informação
• Vitória - ES • Ancib • PPGCI/UFES



XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 10 – Informação e Memória

**PROPOSTA DE CONCEITUAÇÃO DOS TERMOS MEMÓRIA COLETIVA E MEMÓRIA SOCIAL
PARA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

***PROPOSAL OF CONCEPTUALIZATION OF THE TERMS COLLECTIVE MEMORY AND SOCIAL
MEMORY FOR THE INFORMATION SCIENCE***

Paloma Israely Barbosa de Sá – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Leilah Santiago Bufrem – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Apresenta a memória como um ato de referenciamento cuja concepção interessa ao contexto da Ciência da Informação. Propõe uma definição dos conceitos de memória coletiva e memória social para a área, considerando suas especificidades e sentidos atribuídos pela literatura ao longo da consolidação do campo no Brasil. Em seu percurso metodológico, é uma pesquisa com base em dados teóricos e empíricos, sendo descritiva no que diz respeito aos objetivos, bibliográfica quanto aos procedimentos e utiliza análise de conteúdo e análise de conceito para a coleta de dados a partir da produção científica indexada na Brapci, entre os anos 1972 e 2020. Observa que na literatura da área há pouca preocupação com definição de conceitos, bem como não há distinção clara no entendimento dos termos, sendo necessária uma proposta de conceituação. Conclui que memória coletiva está relacionada ao encontro de ideias que constroem as memórias e memória social se refere à busca pela legitimação dessas memórias.

Palavras-chave: memória coletiva; memória social; Ciência da Informação; Brapci.

Abstract: It presents the memory as an act of referencing whose conception interests to the context of Information Science. It proposes a definition of the concepts of collective memory and social memory for the area, considering its specificities and senses assigned by literature along the consolidation of the field in Brazil. In its methodological path it is based on theoretical and empirical data, being descriptive with regard to the objectives, bibliographic in relation to the procedures and it uses content analysis and concept analysis for the data collection from the scientific production indexed in Brapci between 1972 and 2020. It observes that in the literature of the area there is little concern about the definition of the concepts as well as there is not clear distinction in the understanding of the terms, being necessary a proposal of conceptualization. It concludes that collective memory is related to the meeting of ideas that build the memories and that social memory refers to the searching for the legitimation of these memories.

Keywords: collective memory; social memory; Information Science; Brapci.

1 INTRODUÇÃO

Embora o conceito de memória já tenha sido explorado por autores representativos de uma diversidade de referenciais teóricos e concepções, a escolha por estudar a “memória” como um fenômeno social, de expressão tanto individual quanto coletiva, se dá pelo fato de que a memória é um dos fatores que orienta o indivíduo nas suas relações com o outro e com o meio em que vive, sendo imprescindível considerá-la para o entendimento das ações e interações humanas, também como parte fundamental na consolidação da Ciência da Informação (CI).

É a memória que, através de processos sociais de construção e compartilhamento da informação, fornece elementos que fundamentam a composição do tecido social, nos diferentes espaços e tempos. Dessa forma, a memória apresenta uma importante relação com a CI, podendo ser considerada um dos seus alicerces, uma vez que este campo do conhecimento tem como objetivo o estudo da informação, a qual é produzida com a finalidade de preservar e compartilhar elementos tidos como de relevância social. Ao ter como uma de suas características a manutenção de registros informacionais, a CI acaba por se aproximar de aspectos inerentes à memória.

Conforme Azevedo Netto (2005, p. 265), a memória é “um ato de referenciamento” e tal termo pode ser acompanhado de diversas qualificações que complementam, especificam e até delimitam a discussão, ou direcionam o olhar sobre o fenômeno estudado. Conforme Oliveira e Rodrigues (2011), dois desses complementos unidos ao termo memória são comumente utilizados na área, compondo: memória coletiva e memória social. Vale salientar que as autoras não consideram estes termos os mais utilizados em pesquisas sobre memória na área, embora eles sejam os destaques nesta pesquisa.

Acredita-se que estas duas expressões, memória coletiva e memória social, representam concepções distintas, referindo-se a realidades diferentes, evidenciando pouca compatibilidade quanto ao seu entendimento. Por vezes é possível perceber o uso de ambos como sinônimos, considerando que os termos ‘coletivo’ e ‘social’ representam, para o senso comum ideias semelhantes. Ao se buscar num dicionário, por exemplo, ambos os termos fazem referência a um grupo, uma comunidade, carregando um sentido de pluralidade.

Todavia, ao esmiuçar seus sentidos com mais precisão, os próprios termos (coletivo e social) oferecem indicativos, ainda que de modo sutil, para a inferência de suas discrepâncias. Vale explicar que não foram adotados dicionários especializados, uma vez que a ideia, neste primeiro momento, é demonstrar o entendimento das pessoas de modo geral.

A partir dessas observações e considerando que os pesquisadores devem ter nítidos os conceitos e definições de maneira consciente e individualizada, a problemática da pesquisa volta-se à exploração de conceitos acerca da temática memória, a fim de estabelecer a precisão teórico-conceitual presente na produção científica quanto ao uso dos termos que a acompanham de modo a acrescentar qualidade, extensão e até modificando o conceito que nomeia, que neste caso são: memória coletiva e memória social, no âmbito da Ciência da Informação no Brasil, tendo como recorte os estudos indexados pela Base de Dados Referenciais de Artigos e Periódicos em Ciência da Informação (Brapci).

2 DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento da produção de informações e de sistemas informacionais trouxe, como argumenta Le Coadic (1996), a necessidade de uma ciência que tivesse por objeto de estudo a informação, neste caso, uma ciência da informação, bem como uma tecnologia e técnicas resultantes das descobertas feitas por essa ciência. A CI, portanto, tem sua preocupação voltada para os aspectos teóricos e práticos que envolvem a informação. Engloba disciplinas que dizem respeito à “produção, comunicação e consumo da informação” (Ortega, 2004, p. 8). Também disciplina ou domínio, a CI tem sido considerada a área do conhecimento que investiga a informação como elemento vinculante do homem ao contexto de comunicação e registro de suas vivências tidas como importantes para a permanência.

Targino (1995, p. 12), considerando a CI como instituição social dinâmica, contínua e cumulativa, entende a área como decorrência da Biblioteconomia e da Documentação, definindo-a como: “[...] o conjunto de conhecimentos relativos à origem, à coleta, à organização, ao armazenamento, à recuperação, à interpretação, à transferência, à transformação e à utilização da informação”. Para Saracevic (1996, p. 47), por sua vez, a CI é vista como:

[...] um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação.

Os ambientes virtuais e digitais também se tornaram importantes para investigação na área, tendo uma relação estreita com o conceito de memória, uma vez que a preservação é a garantia de sua guarda e recuperação (Monteiro; Carelli; Pickler, 2008). Para Smit e Barreto (2002, p. 21), informação se refere a

[...] estruturas simbolicamente significantes, codificadas de forma socialmente decodificável e registradas (para garantir permanência no tempo e portabilidade no espaço) e que apresentam a competência de gerar conhecimento para o indivíduo e para o seu meio. Estas estruturas significantes são estocadas em função de um uso futuro, causando a institucionalização da informação.

Este trabalho, no intento de compreender a memória no contexto da CI, contribui também para pensar essa relação entre memória e informação, a partir dos conceitos de memória coletiva e memória social discutidos ao longo deste estudo.

2.1 Memória

Memórias são pontos de referência, como foi dito anteriormente. Também carregam consigo concepções múltiplas e contextualizações diversas. Pode-se dizer que os sentidos aplicados ao entendimento do que seria memória dependem, assim como no que diz respeito a qualquer expressão, da área de atuação dos sujeitos que dela se apropriem. Além disso, também se torna pertinente observar os adjetivos que acompanham este termo, uma vez que possibilitam direções e olhares diversos sobre o fenômeno, como memória coletiva e memória social, os quais são explorados neste estudo.

O termo coletivo vem do Latim *collectivus*, de *collectus*, particípio passado de *colligere*, “reunir junto”, formado por *com*, “junto”, mais *legere*, “juntar, reunir”¹. Coletivo, portanto, abrange ou compreende muitas pessoas. Pode-se inferir que o adjetivo coletivo fundamenta a ideia de algo que só acontece quando se tem mais de um indivíduo, quando se junta, quando há de alguma maneira o encontro.

¹ COLETIVOS. Origem da palavra. Disponível em: <https://origemdapalavra.com.br/artigo/coletivos/>. Acesso em: 11 set. 2024.

Maurice Halbwachs desenvolveu o conceito de memória coletiva em 1925, aplicando suas ideias para entender como o passado é recordado no contexto dos grupos familiares e religiosos, de modo a argumentar que as recordações pessoais se originam influenciadas pela comunidade, a religião, a organização política, a classe social e o parentesco. Halbwachs (2013) argumenta sobre o costume de recorrer a testemunhos quando se deseja reforçar ou enfraquecer uma ideia, assim como também para completar informações sobre um evento ou fato em que algumas circunstâncias permaneçam obscuras. Esses testemunhos são memórias do outro ou de outros que conferem sentido ao encontrar a memória própria do indivíduo.

Para Halbwachs (2013), memória é referência e construção. Ora, se os testemunhos são insumos para se obter a memória, esta é fruto de um diálogo entre referências e construções. Referência é o ato ou efeito de referir ou narrar por palavras, é também um relacionamento entre objetos em que um se conecta a outro. É essa ação de conectar que faz com que se construa um novo, considerando este um objeto mais completo. Nessa medida, o encontro de testemunhos resulta na tentativa de completude de um objeto a fim de formar uma memória concreta, ao alcance, ainda que não se possa tocar. O autor exemplifica:

[...] Se o que vemos hoje toma lugar no quadro de referências de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptam ao conjunto de nossas percepções do presente. É como se tivéssemos diante de muitos testemunhos. Podemos reconstruir um conjunto de lembranças de maneira a reconhecê-lo porque eles concordam no essencial, apesar de certas divergências (Halbwachs, 2013, p. 29).

Essa referência composta de testemunhos une passado e presente. Não é o fato ou evento em si, mas uma representação dele que dialoga com as novas percepções e estas chegam à medida em que novos eventos vão ocorrendo. Construção e reconstrução se fazem em constância, uma vez que construir é juntar partes para produzir, formar ou fazer existir, e a memória é um constante desenvolvimento.

Em termos concretos, a memória coletiva seria aquela lembrança vivida por um indivíduo ou para ele repassada, que diz respeito a um grupo ou comunidade cujas informações mais relevantes vão sendo transmitidas e são responsáveis pela construção da história oral deste lugar. E, mais importante do que isso, para que esse evento se torne

memória, é preciso que outros sujeitos estejam presentes, seja fisicamente no acontecimento, seja contribuindo com outros elementos que façam o evento vir à tona.

Nessa concepção, a memória é uma construção social e emocional que parte de lembranças. Uma vez que, conforme Halbwachs (2013, p. 30), nunca se está só, pois “[...] sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem”, o indivíduo compartilha das experiências, impressões e lembranças dos outros. Contudo, é necessário procurar um ponto de contato para que as lembranças se constituam a partir de uma base comum. A descontinuidade leva ao esquecimento, durando a memória enquanto o grupo existir, uma vez que toda lógica de percepção ou compreensão é dada pela lógica do grupo (Maciel, 2011).

Dessa forma, a memória coletiva é plural, são muitas, existindo tantas memórias quantos grupos existirem. Ela é o somatório das memórias individuais a partir de uma espécie de identidade coletiva (Maciel, 2011).

Já memória social é um conceito advindo da obra de mesmo nome publicada em 1992 por James Fentress e Christopher John Wickham. Para eles, na obra de Halbwachs há uma tendência a conceder um valor “[...] excessivo à natureza coletiva da consciência social e um relativo desprezo à questão do relacionamento entre consciência individual e a das coletividades que esses indivíduos coletivamente construíram” (Fentress; Wickham, 1998, p. 8). É o indivíduo que recorda. No entanto, os processos de rememoração e lembrança são influenciados pelo contexto social em que o indivíduo está inserido.

O termo social vem do Latim *socialis*, que se refere àquilo que pertence ou que é relativo à sociedade. Esta, por sua vez, pode ser entendida como um conjunto de indivíduos que interagem entre si formando uma comunidade cuja cultura é compartilhada. Social, portanto, é um termo empregado no sentido de pertencimento a um tipo de organização ou comportamento no contexto de uma comunidade. Pode-se inferir que o adjetivo social fundamenta a ideia de algo que busca a legitimidade para uma forma de convivência entre os membros de uma sociedade.

Fentress e Wickham (1998), ao analisarem o modo como pesquisadores têm encarado a memória, antes de apresentarem uma definição, afirmam que há um desejo por legitimidade da memória como fonte, uma vez que ela é encarada pelos pesquisadores como um conjunto de documentos e não como ela de fato se apresenta: dentro da cabeça das pessoas. “[...] O desejo de legitimidade também ajuda a explicar a obsessão pela

metodologia que caracteriza muitos deles e muitos dos seus projetos de história oral” (Fentress; Wickham, 1998, p. 14). Para os autores,

[...] existe um perigo de reificação no entusiasmo de recolher ‘memória’, de reunir os arquivos do testemunho oral, podemos estar calmamente a conferir ao nosso objeto o caráter de coisa sem nunca nos determos a perguntar se tal se justifica. Claro que se pode argumentar que esta reificação é bem-vinda. Pois não é a definição do objeto o primeiro passo de qualquer discurso científico? Tratar objetivamente a memória é portanto necessário para defini-la como objeto. Tudo pode ser verdade; mas toda discussão começa por girar em torno da questão de saber se a memória possui na realidade esse caráter de objeto. Se não o possui, pode ser que o ‘objecto’ das nossas investigações não passe de objeto da nossa própria imaginação (Fentress; Wickham, 1998, p. 14-15).

Entende-se, conseqüentemente, que a memória social se refere às memórias elaboradas e processadas pelos atores sociais, dando sentido a comunidade e construção de identidades sociais. A ideia de memória coletiva deveria passar a ser chamada de memória social porque ela vem acentuando o caráter uniformizador da memória, aquela que a torna oficial, ou seja, resultado de disputas de poder.

No primeiro capítulo do livro Memória Social, em que Fentress e Wickham (1998) discorrem sobre as formas de rememoração dos indivíduos, há a distinção entre memória sensorial e memória semântica, no qual a primeira se refere aos sentidos (recordações de aromas, gostos, texturas, sons e imagens) e a segunda diz respeito à linguagem (estruturação e guarda de conceitos), sendo esta última mais complexa que a anterior. Nisso, os autores sugerem que Halbwachs desconsidera esses aspectos na sua teoria, quando evidencia apenas a influência dos grupos no contexto da memória coletiva.

Outra questão que leva Fentress e Wickham optarem pela expressão memória social é superar as críticas a respeito do caráter fragilizado da memória frente aos estudos científicos. Os autores, em seu trabalho, buscam uma forma de tornar a memória legítima para os estudos e formação dos discursos oficiais. Ao questionarem a validade da memória diante de uma recordação capaz de se confundir com fantasia, a partir da perspectiva de que não há uma linearidade no que é trazido pela memória, sendo comum a inserção de elementos para preencher lacunas geradas pelo esquecimento, concluem que esta se valida mediante a própria experiência do indivíduo no presente, pois uma das características fundamentais da memória é o fato de que ela é construída por meio da percepção do presente, não podendo ser gerada de outra forma.

Ao falar de memória social, Gondar (2005) utiliza o documento como exemplo, alegando que ele é resultado de uma montagem da sociedade que o produziu e das sociedades que o deixaram sobreviver até onde ele consiga chegar. Dito de outra forma, essa montagem é intencional e isso não significa dizer que por traz dela exista uma inverdade, mas sim uma perspectiva. A memória, portanto, é resultado de disputas entre quem conserva, escolhe e interroga.

Portanto, a memória é resultado da construção a partir de conflitos entre as informações contidas pelos indivíduos e as forças presentes no meio que está inserida. Isso significa dizer que a memória é dinâmica e está em constante mutação, não se limitando a uma só versão. É nesse contexto que emergem diversos termos para se visualizar a ideia de memória através de recortes, as quais se destacam a memória coletiva e a memória social, sendo a primeira uma ênfase na influência que o outro ou o meio tem sobre essa memória e a segunda um destaque para a sua importância enquanto fonte de informação, devendo ser considerado legítimo o uso da memória nos diversos espaços (acadêmicos, institucionais, entre outros).

Explicitados o entendimento de memória coletiva e memória social a partir dos diversos autores supracitados, resta investigar como conceituar memória coletiva e memória social para uso na CI a partir da produção científica da área no Brasil, para então se construir uma proposição de conceito para os termos.

2.2 Procedimentos metodológicos

O método científico é o encaminhamento dado à investigação. Conforme Bufrem (2011, p. 1), pesquisa é um fazer intencional, que permite a visão de opções, impondo-se o reconhecimento desses caminhos, “intenção que justifica a recorrência ao testemunho daqueles com quem caminhamos e dos quais usufruímos saberes”. Assim, “o caminho não é um andar às cegas e a trajetória da pesquisa não se faz por ensaio e erro” (Bufrem, 2011, p. 2-3). Todavia, Becker (1993) alerta que cada estudo merece um tipo de abordagem diferente, específico para aquele objeto e que o método, nas pesquisas em Ciências Sociais, somente se define quando se reconhece a totalidade da realidade ou objeto pesquisado. Nesse sentido e, com base nos objetivos a serem alcançados, é preciso estabelecer a

natureza, os objetivos, os procedimentos e instrumentos de pesquisa para concretizar seu desenvolvimento.

Quanto à natureza, caracteriza-se como pesquisa teórica, uma vez que tem como finalidade um estudo conceitual acerca do tema memória. Em termos práticos esse tipo de pesquisa requer a imersão sobre pensadores, obras, teorias e conceitos, não se estendendo ao trabalho de campo para coleta de dados e construção de seus resultados. Assim entendida, a pesquisa aprofunda-se na discussão sobre os fundamentos teóricos da área para reconhecer e compreender os usos dos termos e dos conceitos por eles representados, sem oposição à realidade empírica, pois nela se fundamenta.

Quanto aos objetivos, esta é uma pesquisa descritiva e propositiva. Constitui-se de uma análise minuciosa para descrição do objeto de estudo, uma vez que o conceito de descrição pressupõe o de exploração e análise, bem como propõe os conceitos de memória coletiva e de memória social como resultado da especificidade expressa em cada um dos termos.

Quanto aos procedimentos, esta pesquisa é bibliográfica, pois é desenvolvida com base em material já existente e publicado, como livros e artigos de periódico, sobretudo as obras Memória Coletiva de Maurice Halbwachs e Memória Social de James Fentress e Christopher Wickham, considerados autores seminais².

Para a coleta dos dados, foi realizado levantamento das produções científicas da área de CI que apresentam em seu arcabouço teórico discussões relativas à memória coletiva e memória social. Para tanto, realiza análise de conteúdo que, segundo Bardin (1977, p. 38), é “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”, cuja intenção é inferir conhecimentos relativos aos dados, recorrendo a indicadores. Essa análise tem como objeto as principais categorias ou aspectos da realidade para dar subsídio à construção do modelo proposto no objetivo geral.

Além disso, faz-se uso da Análise de Conceito, a qual é consagrada na área por conta da Teoria do Conceito formulada por Ingetraut Dahlberg. Para ela, a definição assume um importante papel, na medida em que fixa um entendimento sobre um objeto, sinalizando o

² Destacam-se esses autores uma vez que os textos do primeiro foram pioneiros ao enfocarem o fator social no conceito de memória, mostrando a existência da relação íntima entre o individual e o coletivo, enquanto os outros dois, em trabalho conjunto, reivindicam o lugar da memória como fonte de conhecimento ao passo em que esta fornece ao grupo material para reflexão consciente.

contexto (Dahlberg, 1978). Importa salientar também a filosofia grega clássica como originária da ideia de definição e, de modo especial, a lógica aristotélica como sua precursora, que continua a influenciar o trabalho de classificação sob ponto de vista linguístico e epistemológico.

Para isso, foi realizada a busca na Brapci – por se tratar de base de dados que reúne repertório representativo da produção científica brasileira em CI –, utilizando-se os termos “memória coletiva” e “memória social”, entre os anos de 1972, primeiro ano disponível para busca na base, e 2020, uma vez que a coleta de dados foi realizada em meados do ano seguinte. Foram recuperados um total de 86 documentos por meio do termo memória coletiva e 120 documentos por meio do termo memória social.

Realizada esta busca e recuperação da produção científica em CI sobre memória coletiva e social, foi feita a seleção dos documentos encontrados, de modo que fosse possível identificar se todos tratam de fato dos temas de interesse para este estudo. Dessa forma, foi utilizado um sistema de pontuação, considerando-se os campos: título, resumo e palavras-chave. Para cada campo em que foi detectada a menção dos termos “memória coletiva” ou “memória social” foi atribuído 1 ponto, sendo selecionados para a fase de análise os documentos que obtiveram pelo menos 2 pontos. Para esta etapa, os documentos foram categorizados para serem organizados da seguinte maneira: 1) Referência da publicação; 2) Título; 3) Resumo; 4) Palavras-chave.

Em seguida, as publicações com dois ou mais pontos, por apresentarem os termos “memória coletiva” ou “memória social” nos campos supramencionados, foram analisadas por meio de uma leitura flutuante (Bardin, 1997) para se identificarem: 1) os autores cuja produção de memória coletiva ou social foi citada de modo que tenham dado subsídio para o entendimento de suas concepções sobre o tema, direcionando os usos e posicionamentos no desenvolvimento de cada estudo; e 2) as concepções de memória coletiva ou social apresentadas em cada uma dessas publicações, a fim de facilitar a análise sobre esses usos na literatura científica da CI.

Finalizadas estas etapas, procedeu-se à proposição de definição de memória coletiva e memória social a partir das especificidades de cada um dos conceitos expressos no corpus identificado.

2.3 Resultados

Foram recuperados 86 documentos, a partir da busca pelo descritor “memória coletiva”, dos quais 10 são duplicados e um triplicado. Subtraindo-se o número de itens repetidos, restaram para análise 74 documentos. Todavia, três destes textos se repetiram, publicados ora em anais de eventos, ora em periódico científico. Nesses casos, foram consideradas as publicações em periódicos.

Atribuídas as pontuações, foram selecionados apenas os documentos que obtiveram dois ou mais pontos a fim de seguir para a próxima etapa os quais somaram 24 itens, todavia, três deles foram subtraídos por terem sido publicados integralmente em locais diferentes, restando 21 documentos a serem analisados.

Não foi possível identificar em alguns as citações e autores utilizados como fundamentação sobre memória coletiva, por falta de acesso ao texto (arquivo corrompido) ou por ausência de menção explícita sobre o tema ao longo do desenvolvimento textual. Vale destacar que nos casos em que o arquivo se encontrou corrompido ou com algum tipo de problema de acesso, foi preciso entrar em contato com a base de dados para a resolução da questão, obtendo-se êxito em alguns casos.

Através de uma leitura inicial a fim de identificar os trechos em que se menciona "memória coletiva", foram identificados 17 trabalhos que apresentam definição ou discussão sobre o tema. Em seguida, foram analisados por meio de uma leitura mais atenciosa para se compreender o que se entende por sua definição, bem como quais autores foram utilizados para embasamento teórico.

Notou-se que há predominância do autor Halbwachs para fundamentação teórica, uma vez que foi citado na maioria dos trabalhos elencados. Além dele, destaca-se Le Goff, mencionado algumas vezes. Totalizando 15 trabalhos que se fundamentam em Maurice Halbwachs e dois em Jacques Le Goff, sendo um deles junto de outro autor e um em que não há citação direta sobre tema.

Com relação a “memória social”, foram recuperados 120 documentos, a partir da busca por esse descritor, dos quais oito são duplicados. Subtraindo-se o número de duplicações, restaram para análise 112 documentos. Esses documentos passaram por uma triagem a partir do sistema de pontuação explicitado anteriormente. Atribuídas as pontuações, foram selecionados apenas os documentos que obtiveram dois ou mais pontos

a fim de seguir para a próxima etapa, restando 40 documentos. Vale salientar que alguns documentos não puderam ser analisados por falta de qualidade no arquivo, que estava corrompido ou sem citação sobre o tema específico. Dessa forma, foram analisados 21 documentos.

Verificou-se que não há predominância para fundamentação teórica utilizando apenas um autor, uma vez que os trabalhos citam Gondar sete vezes, Pollack três vezes, Halbwachs três vezes, Fentress e Wickham três vezes, e Le Goff três vezes, havendo uma preferência para a primeira autora mencionada. Com isso, notou-se que sete dos trabalhos analisados compreendem e discutem os temas transversais à memória partindo da perspectiva de memória social estabelecido pela pesquisadora brasileira Jô Gondar³.

Discutindo a dimensão do conceito de memória social, Gondar (2016) compreende a complexidade de formar um conceito clássico, simples e unívoco. No entanto, é possível traçar algumas proposições acerca do campo de estudo em memória social, percurso que a autora faz em 2005 apresentando quatro proposições sobre memória social e em 2016 faz uma atualização, elaborando as cinco proposições sobre memória social. Em ambos os trabalhos, a autora trata a memória enquanto um campo transdisciplinar: seu conceito é ético e político; implica o esquecimento; não se reduz à identidade; não se reduz à representação; é entendida como fruto do afeto, jamais estática, uma vez que é moldada pelo que afeta e pelo novo. Portanto, para ela, não há memória sem criação e imaginação.

Dessa forma, pode-se dizer que os trabalhos analisados pouco definem ou conceituam memória coletiva ou memória social. No decorrer dos textos ambos os descritores são mencionados, sendo utilizados autores e obras para a fundamentação da ideia, mas se considerados os elementos apresentados por Bardin (1977) e Dahlberg (1978) para análise de conteúdo e de conceito, não é possível encontrar elementos conceituais. O que evidencia não uma fragilidade nos estudos desenvolvidos, uma vez que em boa parte deles a memória tangencia outros temas, mas demonstra um fortalecimento da pouca clareza acerca desses conceitos. Disto isto, fica notável a necessidade de uma proposta de conceituação.

Seguindo esse pensamento, a memória como parte constituinte da CI passa a ser concebida a partir dos próprios conceitos da área, que circunscreve a organização, o acesso

³ JÔ GONDAR. Currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3482779200606251>. Acesso em: 2 jul. 2024.

e o uso da informação. Para isso, é importante compreender que o foco de estudo da CI não é o passado em si, mas a “[...] relação de dialogicidade e sociabilidade que será transposta em uma representatividade informacional permeada por uma informação potencial” (Silva; Oliveira, 2014, p. 136).

Diferentemente da memória que interessa aos historiadores, a memória na CI evidencia “os traços informacionais através da organização da matéria no processo de representação da informação”, contribuindo para a sua recuperação (Silva; Oliveira, 2014, p. 139). Desse modo, por se tratarem de inclinações diferentes de outros campos do conhecimento nos quais as concepções de memória já são consagradas, percebe-se a importância de um olhar mais específico sobre os conceitos que perpassam o tema, mais precisamente o conceito de memória coletiva e memória social na CI, recortes do presente estudo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propõe uma definição dos conceitos de memória coletiva e memória social a partir das especificidades de cada um desses termos atribuídos ao contexto da produção científica da CI no Brasil.

Apresentar um conceito é, além de ousadia, um comprometimento ético e político, ainda mais quando se trata de duas expressões tão complexas. Não se pretende aqui trazer uma determinação sobre o que é e o que não o é, mas admitir que existem formas de compreender uma ideia com o fim de delimitá-la, munida de embasamento teórico e intenção (jamais neutra). Em um campo dinâmico e múltiplo como o da memória, é possível perceber diversas perspectivas a envolvê-lo, cabendo a este estudo escolher uma delas e acolher suas implicações.

Desta forma, com fundamento na literatura consultada, procedendo-se a uma construção complexa a respeito da **memória coletiva**, considera-se que ela **é a informação construída por meio da apreensão do coletivo do qual o sujeito faz parte, capaz de representar uma identidade do grupo e de seu passado; é plural, dinâmica e agregadora, podendo se estabelecer no mundo das ideias sendo guiada pelo meio.**

Esta memória é considerada plural por abranger uma multiplicidade de sentidos; dinâmica porque se pode modificar à medida em que entra em contato com outros

elementos e/ou decorrer do tempo; agregadora porque dialoga com outras informações e contextos, podendo se apropriar deles para se reconstituir. Como exemplo, pode se tomar um caso em que pessoas se reúnem para contar histórias, lembrando fatos vividos pessoal, profissional ou socialmente em que vários indivíduos complementam o diálogo construindo os sentidos. E a partir desse diálogo, novos elementos podem ser inseridos, enquanto outros podem não ser mencionados, o que se destaca nesse momento é o encontro e o compartilhamento de informações.

Já a **memória social é a informação construída no decorrer dos processos de escolha pelos quais se define o que deve ser preservado para a posteridade, resultando em formas de registro do passado que a legitimam; é parcial, dinâmica e circunstancial, podendo se estabelecer de forma concreta pelos registros materiais.**

Esta memória é considerada parcial, no sentido de que é política, resultado de escolhas e posicionamentos específicos; dinâmica, porque há possibilidade de mudança a depender do que se entende do contexto; circunstancial, por se tratar de algo que depende das dinâmicas e posicionamentos contextuais. Como exemplo, ainda sobre o caso utilizado anteriormente para visualizar a ideia de memória coletiva, pode-se mencionar um produto que possa sair daquela reunião em que uma das perspectivas se sobressai. O destaque desse momento, para a memória social, está na legitimação dada pelos seus pares enquanto discurso mais forte.

Destaca-se aqui a importância de observar as concepções de memória e em que medida é adequado utilizar a definição conforme os interesses dos estudos desenvolvidos sobre o tema, não se afirmando qual o conceito é mais correto e sim o mais adequado em determinado contexto. Trabalhos acadêmicos exigem linguagem adequada ou uso apropriado de conceitos em áreas específicas. Portanto, o sentido das palavras torna-se importante, é preciso dominá-lo no campo específico para o uso correto, uma vez que o senso comum o banaliza.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Cultura, identidade e cultura material: a visão arqueológica. **Vivência**: Revista de Antropologia, Natal, n. 28, p. 265-275, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

BUFREM, Leilah Santiago. Questões de Metodologia, parte 1. **AtoZ**: novas práticas em informação e conhecimento, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 4-10, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/41279/25194>. Acesso em: 2 out. 2017.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do Conceito. **Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115/115>. Acesso em: 26 fev. 2021.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Social memory**: new perspectives on the past. Cambridge, MA: Blackwell Publisher, 1998.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. *In*: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (org.). **O que é memória social**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. **Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 19-40, 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996.

MACIEL, Fábio Osmar de Oliveira. Memória social, memória coletiva e história: um mapeamento da questão. **Dia-logos**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 102-113, out. 2011.

MONTEIRO, Silvana Drumond; CARELLI, Ana Esmeralda; PICKLER, Maria Elisa Valentim. A Ciência da Informação, Memória e Esquecimento. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 6, p. 1-6, dez. 2008. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/45116>. Acesso em: 2 set. 2018.

OLIVEIRA, Eliane Braga; RODRIGUES, Georgete Medleg. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 311-328, mar. 2011. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/8511/1/ARTIGO_ConceitoMemoriaCienciaInformacao.pdf. Acesso em: 1 jul. 2018.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, 2004.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22308/17916>. Acesso em: 2 out. 2017.

SILVA, Luiz Eduardo Ferreira; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire. Mnemosyneinfor-comunicativa: a possibilidade axiomática de construção de um conceito de memória para a ciência da informação. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 135-

143, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/91403>. Acesso em: 1 nov. 2021.

SMIT, Johanna Wilhelmina; BARRETO, Aldo de Albuquerque. Ciência da Informação: base conceitual para a formação do profissional. *In*: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (coord.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002.

TARGINO, Maria das Graças. A interdisciplinaridade da Ciência da Informação como área de pesquisa. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 5, n. 1, p. 12-17, jan./dez. 1995.